

GDF não quer perder de 9 a 5 no Conselho

O documento **Diretrizes Executivas da Política Cultural do DF**, com 20 páginas, entregue para análise do governador Joaquim Roriz, não traz nenhuma ideia original. O Grupo de Trabalho reconhece isso no preâmbulo do estudo, mas tem a intenção de transformá-lo numa "bíblia" da administração pública para a área de cultura. Se o documento for colocado em prática, Brasília vai viver um momento de democracia cultural igual ao que foi experimentado em apenas duas épocas: quando do nascimento da cidade e a Fundação Cultural foi administrada pelo poeta Ferreira Gullar e no início da Nova República, quando Luís Humberto foi titular do órgão.

Um dos itens do documento não é uma proposta, é uma tomada de posição. O Grupo de Trabalho está ao lado dos índios na reivindicação pelo espaço criado por Oscar Niemeyer na Praça do Buriti (**Veja matéria nesta página**). A outra proposta do documento, com sentido político, é a formação do Conselho de Cultura. O GDF fica em minoria e o Governador está estudando uma forma de tornar a discussão entre o GDF e a comunidade cultural mais equilibrada.

Para se ver o quanto é democrático o espírito do documento, vale lembrar que ele propõe a imediata criação do Conselho de Cultura do DF, que funcionará provisoriamente, por 120 dias, a criação de um Fórum Permanente de Entidades Culturais; um Fórum de Representação Permanente de Cultura das Representações no DF dos Estados brasileiros, incentivo a Sociedades de Amigos de Espaços Culturais do DF; a criação de Núcleos Regionais e Casas de Cultura nas Cidades-Satélites e um Fórum Permanente de Adidos Culturais ou Grupo de Cooperação Internacional.

RECOMENDAÇÕES

Em termos de propostas práticas e emergenciais, o documento recomenda a criação de um calendário cultural para Brasília; a recriação e revalorização das assessorias da Fundação Cultural; a divulgação dos princípios que orientam a concessão de pautas nos espaços públicos no Plano Piloto e Cidades-Satélites; a autonomia administrativa e financeira do Departamento Histórico e Artístico Nacional do DF a criação de espaços de funções múltiplas em todas as satélites, a recuperação do Conjunto Cultural da 508 Sul

(Cine Cultura, Galpão, Galpãozinho, Centro de Criatividade, Galerias A e B), já que se trata do primeiro pólo cultural do Plano Piloto; implantação de uma Assessoria de Marketing no Departamento de Promoções da FCDF para captar recursos financeiros (via Lei Sarney), que se revise a cobrança de tributos culturais ao transporte de obra de arte, venda de ingressos etc; que se aprofundem as relações da SC e FCDF com a Universidade de Brasília de forma que sejam asseguradas promoções conjuntas como o Flaac (Festival Latino-Americano de Arte e Cultura); estudo de participação conveniada na Rádio Cultura FM, Cine Dois Candangos, Museu de Arte de Brasília, Editora da UnB, CPCE (Centro de Produção Cultural e Educativa); entre outros; apoio na instalação de entidades culturais sem fins lucrativos, divulgação nos jornais, rádio e TV do Sala de Casa, boletim com os programas da SC/FCDF; publicação de um jornal periódico etc.

NEGOCIAÇÃO

As propostas do documento, se forem todas praticadas pela gestão Joaquim Roriz, transformarão um governo indicado pelo Presidente da República na mais democrática experiência da história da cidade. A prática em áreas, como Educação, Agricultura, Saúde etc, não deve, porém, ser esquecida.

Nos bastidores do Palácio do Buriti podem ser colhidas opiniões que tomam o documento como "muito ousado". Afinal, argumenta-se, se o Governador aceitar a composição do Conselho de Cultura do DF, tal como está proposto na página sete, item IV (composto com 15 membros, sendo dois natos — o Secretário de Cultura e o Diretor da FCDF — três indicados pelo Governador e nove pela comunidade) ele estará "avançando demais". O placar será de cinco (GDF) a nove (comunidade). A proposta vai além das tradicionais soluções estudantis e sindicais: comissões paritárias.

A experiência de Conselhos de Cultura espalhada pelo País tem, geralmente, os secretários de Cultura como presidentes. Neste sentido, o GT Cultura propõe que o secretário não acumule tal função. Ela caberá a um dos 15 membros do GT (14, já que Maria Christina Diniz Leal, professora da UnB, afastou-se do grupo, por discordar de qualquer indicação de nome, mesmo com o tom genérico de recomendação.